

PINGA-FOGO

■ **ESCOLHA DE ALFREDO GASPAR TERÁ REFLEXO ATÉ NA ESCOLHA DO MINISTRO DO TCU** - A escolha do deputado federal Alfredo Gaspar (PL-AL) como candidato a vice-presidente na chapa de Flávio Bolsonaro (PL) para a eleição presidencial de 2026 deixou uma das principais lideranças do partido com um sorriso de lado a lado do rosto. Ele será um dos principais beneficiados com a decisão e pouca gente já se deu conta disso.

■ O efeito dominó da decisão vai beneficiar em cheio o deputado federal, Altineu Côrtes, vice-presidente da Câmara dos Deputados. Para os leigos, este efeito colateral tem passado despercebido. O que tá na cabeça é simples: Altineu sonha com uma vaga no Tribunal de Contas da União. Está tudo acordado. Só que ela acabou ficando reservada para o deputado federal Arthur Lira que concorre a senador por Alagoas. Ele estava ameaçado com a decisão de Alfredo Gaspar em concorrer ao Senado.

■ **O presidente da Câmara, Hugo Motta, segurou a vaga para um possível fracasso da candidatura do seu antecessor à presidência da Casa. Sem Gaspar na disputa, as duas vagas deverão ir para Renan Calheiros e para Lir. As chances de Altineu virar ministro do TCU agora ficaram turbinadas.**

■ A escolha do vice de Flávio Bolsonaro foi um jogo de ganha, ganha. Vai ser uma flechada na Família de Lula, dará a vaga a Renan e Arthur, coloca a segurança pública na ordem do dia, traz um nome que combate a corrupção e abre caminho para Altineu ir para o Tribunal de Contas. Tudo simples assim. A direita brasileira realmente não é para amadores.

■ **NOVAS REGRAS PARA NEGOCIAÇÃO** - O governador em exercício, desembargador Ricardo Couto, envia à Assembleia Legislativa do Rio (Alerj), nesta quarta-feira (5), um projeto de lei que cria novas regras para a negociação de dívidas tributárias e não tributárias com o Estado. A iniciativa busca fortalecer a arrecadação estadual, dar mais eficiência à gestão da dívida ativa, reduzir custos para a administração pública e para os contribuintes e estimular um ambiente de maior segurança jurídica e conformidade fiscal.

■ Com a medida, o Rio de Janeiro dá um importante passo para a modernização de suas regras tributárias, tendo em vista que é um dos poucos estados a não ter essa legislação, junto com Alagoas, Amapá, Paraíba, Maranhão, Roraima e Tocantins. A União instituiu a transação tributária em 2020, por meio da Lei nº 13.988. E o município do Rio já contava com a norma desde 2015.

■ **O projeto permite que contribuintes com débitos ins-**



claudio.magnavita@gmail.com

MAGNAVITA



@colunamagnavita



O 8º Brasília Summit, promovido nesta quarta-feira (5) pelo LIDE em parceria com o Correio Braziliense, reuniu autoridades e lideranças na capital federal. Durante o evento, João Doria e a senadora Ana Amélia prestaram uma homenagem ao deputado federal Arnaldo Jardim, em reconhecimento aos 40 anos de atuação parlamentar. Reconhecido como um dos mais respeitados parlamentares do Congresso Nacional, Arnaldo Jardim construiu uma trajetória marcada pelo diálogo, pelo compromisso com o desenvolvimento do Brasil e pela dedicação às principais pautas de interesse nacional. A homenagem destacou sua contribuição à vida pública ao longo de quatro décadas.



O 25º Fórum Empresarial LIDE, que será realizado no dia 21 de agosto, no Hotel Fairmont, no Rio de Janeiro, deverá reunir cerca de 500 empresários de diferentes regiões do país. Em preparação para o encontro, João Doria esteve com o ministro Kassio Nunes Marques, do Supremo Tribunal Federal (STF) e presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em Brasília, para convidá-lo a participar da conferência de encerramento do evento. Na ocasião, o ministro também será homenageado pelo LIDE.

Rio obtém classificação Ouro em levantamento nacional sobre serviços públicos digitais

O Estado do Rio de Janeiro recebeu a classificação Ouro no Índice ABEP-TIC de Oferta de Serviços Públicos Digitais, levantamento nacional apresentado nesta quarta-feira (05), durante o 53º Seminário Nacional de TIC para Gestão Pública (SECOP 2026), realizado em Brasília.

Promovido pela Associação Brasileira de Entidades Estaduais e Públicas de Tecnologia da Informação e Comunicação (ABEP-TIC), o estudo considera critérios relacionados à governança digital, à disponibilização de serviços públicos em ambiente digital, à infraestrutura tecnológica e às estratégias voltadas à inovação e ao atendimento ao cidadão.

Além da classificação Ouro no Índice ABEP-TIC de Oferta de Serviços Públicos Digitais, o projeto RadarRJ, desenvolvido pela Secretaria de Estado de Transformação Digital, foi uma das iniciativas selecionadas



Secretário de Transformação Digital, Feui Braga, foi quem recebeu o prêmio

para o Prêmio ABEP-TIC de Excelência em Governo Digital – GOV.Digital 2026.

Com o tema “Estado Inteligente: Governança de Dados e IA como Infraestrutura Estratégica de Governo”, o

SECOP 2026 reúne gestores públicos e especialistas para debates sobre governança de dados, inteligência artificial e inovação aplicada à administração pública.

O evento apresenta ini-



Selo Ouro na oferta de serviços digitais do RJ



Resultado foi divulgado durante o SECOP 2026, que acontece em Brasília

critos em dívida ativa possam firmar acordos com condições diferenciadas para regularização das pendências. O objetivo é ampliar a recuperação de créditos públicos, reduzir o número de processos judiciais e incentivar a solução consensual de conflitos entre o Estado e os contribuintes.

■ Entre as possibilidades previstas estão descontos de até 65% sobre multas, juros e outros en-

cargos, além de parcelamento em até 120 meses. Para pessoas físicas, microempresas, empresas de pequeno porte e empresas em recuperação judicial, liquidação ou falência, os descontos podem chegar a 70%, com prazo de pagamento de até 145 meses.

■ **A proposta deixa claro que não haverá redução do valor principal dos tributos devidos, apenas dos acréscimos legais, como multas e juros. Também**

estabelece que empresas consideradas devedoras contumazes e outros casos previstos em lei não poderão ter acesso aos benefícios.

■ Além das regras para negociação, o texto traz medidas para tornar mais eficiente a cobrança da dívida ativa. Será possível priorizar o ajuizamento de execuções fiscais com maior possibilidade de recuperação dos créditos, evitando ações com custo

superior ao potencial de retorno para os cofres públicos.

■ **Outra novidade é a criação do Cadastro Fiscal Positivo, que permitirá um relacionamento diferenciado entre o Estado do Rio e contribuintes com bom histórico fiscal. A iniciativa prevê atendimento prioritário, maior previsibilidade nas ações da administração pública e incentivos para reduzir contestações judiciais.**